



**CGU**

Controladoria-Geral da União

# RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Projeto de Cooperação Brasil – Alemanha para a Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia - KfW BMZ-No. 2003 66658

*Exercício 2021*

**Controladoria-Geral da União - CGU**  
**Secretaria Federal de Controle Interno**

***RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO***

Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Unidade Examinada: Serviço Florestal Brasileiro

Município/UF: Brasília/DF

Projeto de Auditoria: 1079048

## **Missão**

Promover o aperfeiçoamento e a transparência da Gestão Pública, a prevenção e o combate à corrupção, com participação social, por meio da avaliação e controle das políticas públicas e da qualidade do gasto.

## **Auditoria Anual de Contas**

A CGU realiza Auditorias de Recursos Externos a fim de avaliar a execução de projetos financiados por recursos internacionais. No âmbito desta avaliação estão análises sobre a regularidade da gestão, a suficiência e adequação dos controles internos e o atingimento dos resultados dos projetos.

# QUAL FOI O TRABALHO REALIZADO PELA CGU?

Avaliação da Gestão do Contrato de Contribuição Financeira KfW 2003.66 658 – “Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia”, cujo objetivo é *promover a gestão das florestas públicas para a produção sustentável, fomentar o manejo florestal e a silvicultura com espécies nativas visando a agregação de valor aos produtos florestais na Amazônia brasileira, em especial nas regiões sob influência da BR-163 e Purus-Madeira*, durante o exercício de 2021.

## POR QUE A CGU REALIZOU ESSE TRABALHO?

O Contrato de Contribuição Financeira nº 2003 66 658 estabelece que o Serviço Florestal Brasileiro - SFB deverá apresentar ao KfW, no prazo de 120 dias a contar do encerramento de cada exercício, as Demonstrações Financeiras do Projeto de Cooperação Brasil-Alemanha Gestão Florestal para a Produção Sustentável, devidamente auditadas pela Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União.

## QUAIS AS CONCLUSÕES ALCANÇADAS PELA CGU? QUAIS AS RECOMENDAÇÕES QUE DEVERÃO SER ADOTADAS?

Os resultados alcançados pelo Projeto no ano auditado ficaram abaixo das metas financeiras previstas no planejamento anual. Os controles internos mantidos pela Unidade foram considerados satisfatórios. Os gastos analisados são compatíveis com as finalidades do Projeto e estão amparados por documentação válida. As Demonstrações financeiras representam adequadamente, em seus aspectos mais relevantes, a movimentação financeira e os investimentos realizados no Projeto, de acordo com as práticas contábeis informadas nas Notas Explicativas que as acompanham.

A título de aperfeiçoamento, foi recomendado ao Projeto: promover o acompanhamento nas Notas Explicativas dos registros contábeis de regularização no Siafi referentes aos pagamentos promovidos pelo KfW junto à conta da Doação nas duas modalidades (pagamentos diretos e fundo suplementar), apresentando de forma anual e acumulada, além dos valores pagos diretamente pelo Banco, os valores regularizados no Siafi, incluindo a informação de eventual saldo a regularizar.

# **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

CE - Comitê Estratégico

CI - Consultoria Internacional

CGU – Controladoria-Geral da União

CEx - Coordenação Executiva

FLONA – Floresta Nacional

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

KfW – Banco Alemão de Desenvolvimento

MOP – Manual Operativo do Projeto

NO – Não Objeção

POA - Plano Operativo Anual

SFB – Serviço Florestal Brasileiro

UE – Unidades de Execução do Projeto

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>ESCOPO DO TRABALHO</b>	<b>9</b>
<b>RESULTADOS DOS EXAMES</b>	<b>10</b>
<b>1. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS</b>	<b>10</b>
<b>2. ACOMPANHAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DA CGU</b>	<b>15</b>
<b>3. AVALIAÇÃO DE CONTROLES INTERNOS</b>	<b>15</b>
<b>4. AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO EXTERNO</b>	<b>16</b>
<b>5. CUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS</b>	<b>17</b>
<b>6. ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS DE GASTOS</b>	<b>17</b>
<b>7. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>17</b>
<b>8. AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS</b>	<b>18</b>
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>19</b>
<b>RECOMENDAÇÃO</b>	<b>20</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>21</b>

# INTRODUÇÃO

Em atendimento à tarefa nº 1079048, apresentamos os resultados dos exames realizados na gestão do Contrato de Contribuição Financeira que financia o “ Projeto Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia” - BMZ nº 2003 66 658, firmado em 16/12/2011, executado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) por intermédio do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) por intermédio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), referente aos atos e fatos ocorridos no período de 01/01/2021 a 31/12/2021.

O Projeto é co-financiado pela Cooperação Financeira Alemã por meio do KfW Entwicklungsbank (Banco Alemão de Desenvolvimento) e o orçamento do Projeto é estimado em pouco mais de 36 milhões de euros. Sendo até 15 milhões de euros de contribuição financeira do Governo Alemão por meio do contrato com o KfW e aproximadamente 21 milhões de euros de contrapartida não financeira do governo brasileiro.

O objetivo do Projeto é promover o desenvolvimento socioeconômico e a conservação das florestas na Amazônia Legal com base no uso sustentável dos recursos florestais. O Projeto consiste em ações para implementação da política nacional de gestão florestal na região sob influência da BR 163 e na região Purus-Madeira.

O Projeto está estruturado nos seguintes componentes: Componente 1: Estrutura regional do SFB, Componente 2: Implementação de Florestas Nacionais, Componente 3: Capacitação e extensão em florestais sustentáveis, Componente 4: Difusão de sistemas de produção silvicultural com espécies nativas, Componente 5: Difusão tecnológica para o aproveitamento de resíduos florestais com fins energéticos e outros produtos e Componente 6: Coordenação do Projeto.

Os trabalhos de auditoria foram realizados em Brasília, no regime de “home office”, mediante acesso aos processos eletrônicos mantidos no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), no período de 02/05/2022 a 20/06/2022, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal, as quais são compatíveis com as Normas Internacionais de Auditoria (NIA) e com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TO 3000, aprovadas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC), tendo como objetivo responder às seguintes questões de auditoria:

- 1) A execução financeira e física do Projeto tem acompanhado o Planejamento Anual e o prazo de vigência da operação do contrato de contribuição financeira?
- 2) A Unidade executora possui controles internos mínimos que o permitam planejar, executar e avaliar o Projeto para o cumprimento dos seus objetivos?
- 3) O Beneficiário Mandatário tem honrado os compromissos financeiros firmados no Contrato de Contribuição Financeira?
- 4) Há um adequado gerenciamento sobre os bens patrimoniais adquiridos com recursos da operação de Contribuição Financeira?
- 5) As despesas incorridas pelos Projetos atenderam aos requisitos normativos e formais estabelecidos no Contrato de Contribuição Financeira, Diretrizes do Banco específicas para aquisições de bens e serviços ou contratação de consultorias, ou, conforme o caso, à legislação nacional?
- 6) As prestações de Contas dos Pedidos de Reembolso da Conta da Contribuição

Financeira, em vista do procedimento Simplificado de Reembolso, estão corretamente apresentadas em termos de valores e elegibilidade?

7) As demonstrações financeiras (neste projeto representado pelas Solicitações de Desembolso e pela Relação Sintética de Despesas e notas explicativas) estão corretamente apresentadas?

## ESCOPO DOS TRABALHOS

Os critérios de seleção e a representatividade das amostras de gastos que foram aplicados pela equipe estão a seguir indicados:

- a) Aquisição de Bens, Obras e Serviços: Foram analisados 4 processos de contratação e pagamento de obras e serviços, em vista da materialidade desses contratos sobre a execução total do ano. Nossa amostra representou 51% dessa categoria e dos pedidos de desembolsos 01/2021-SFB e 013/2021-ICMBio apresentados em 2021.
- b) Gestão Patrimonial: não foram promovidas inspeções físicas nos equipamentos/bens adquiridos no âmbito do projeto em virtude da Pandemia do Covid-19.

Importante ressaltar que nas nossas análises de gastos não foram incluídos os pagamentos diretos efetuados à consultoria internacional - IP Consult (CI), nem as despesas realizadas pelo Fundo Suplementar, os quais não constam das demonstrações financeiras, representadas pelos Pedidos de Desembolso nº 01/2021-SFB e 013/2021-ICMBio, objetos da conclusão constante do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Informações do Objeto.

Foi dado conhecimento formal dos resultados do presente trabalho de auditoria à direção do Projeto, cuja manifestação foi incorporada ao presente Relatório.

# RESULTADOS DOS EXAMES

## **1. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS: os resultados alcançados contribuem com o objetivo do Projeto e, apesar das diversas ações realizadas durante o ano de 2021, a execução das metas financeiras ficou abaixo das previsões do Plano Operativo Anual (POA).**

O Projeto de Contribuição Financeira não Reembolsável "Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia - BMZ 2003 66 658" consiste em ações para a implementação da política nacional de gestão florestal na região de influência da BR-163 e na região Purus-Madeira, tendo como órgão executor o Serviço Florestal Brasileiro - SFB e o Co-Executor o Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade – ICMBio.

O Projeto iniciou suas atividades em janeiro de 2013 com previsão de execução durante quatro anos, no entanto, devido a atrasos na sua implementação e ampliação no número de Flonas contempladas, houve aprovação dos parceiros envolvidos e autorização do governo brasileiro para a extensão do prazo de execução do Projeto até 31 de outubro de 2023.

O orçamento total previsto para o projeto é de €36.411.214,29 (trinta e seis milhões, quatrocentos e onze mil, duzentos e quatorze Euros e vinte e nove centavos). Sendo €15.000.000,00 (quinze milhões de Euros) do KfW, por meio de uma doação ao Projeto Gestão Florestal, e €21.411.214,29 (vinte um milhões, quatrocentos e onze mil, duzentos e quatorze Euros e vinte e nove centavos) de contrapartida não financeira do governo brasileiro.

A evolução do Projeto tem apresentado índices baixos de realização financeira dos recursos da doação desde o seu início. Houve uma melhora nos anos de 2016 e 2018, no entanto houve uma desaceleração novamente em 2019 e em 2020 com a Pandemia do COVID-19, mas, fortemente impactada, certamente, pela desvalorização da moeda nacional ao longo de todo o período. Até 2021 foram desembolsados EUR 8.229.054,90, o que corresponde a 54,86% dos recursos da Doação. Ainda que o Projeto, tenha uma melhora significativa no ritmo das ações da execução financeira e comprovação dos investimentos, uma boa parte dos recursos da doação não será utilizada até 2023, considerando a variação cambial verificada.

Não obstante, a perspectiva de que parte dos recursos da doação com o KfW não vá ser utilizada, os objetivos do Projeto deverão ser perseguidos e deverão ser empregados esforços conjuntos para o alcance das metas estabelecidas no POA 2020-2023.

O quadro a seguir apresenta os valores em reais executados em 2021 e as principais ações por componente que efetivamente impactaram o projeto financeiramente e a conta da doação:

Quadro 2 - Execução Financeira de 2021 frente ao Planejamento do POA 2020-2023

POA 2021		Despesas pagas e reembolsadas	% Execução Financeira POA	Atividades com impacto financeiro em 2021
Meta financeira 2021: Investir R\$ 16.618.992,82	Comp 1 – R\$ 1.587.580,00	R\$ 249.161,18	15,69%	Construir Unidade Regional de Santarém. Adquirir e instalar mobiliário nas Unidades Regionais.
	Comp 2 – R\$ 11.479.412,82	R\$ 2.428.319,19	21,15%	Elaborar Inventário Florestal da FLONA Jatuarana, Iquiri e Balata Tufari (SFB) Elaborar o Inventário Florestal da FLONA Pau Rosa (SFB) Realização de obras e aquisição de equipamentos
	Comp 3 – R\$ 90.000,00	R\$ 0,00	0%	-
	Comp 4 – R\$ 390.000,00	R\$ 0,00	0%	-
	Comp 5 – R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	-
	Comp 6 – R\$ 3.072.000,00	R\$ 3.620.814,99	117%	Serviços prestados pela Consultora
	TOTAL GERAL	R\$ 6.298.295,36	37,89%	-

Observa-se pelo quadro acima que o projeto alcançou um baixo percentual de execução financeira no exercício de 2021, com investimento de apenas 37,89% em relação ao montante previsto no POA 2021. Em relação ao COMPONENTE 6 (Coordenação do Projeto), a execução financeira ficou acima do previsto devido à variação cambial.

A seguir são apresentadas as principais atividades realizadas em 2021, por componente, extraídas do 7º Relatório Anual elaborado pela CI que demandaram esforços tanto do SFB, quanto do ICMBio e/ou comprometimentos de recursos, ressaltando que muitas dessas atividades não tiveram o respectivo impacto financeiro na conta da doação do

KfW até então:

**Componente 1 – Estrutura Regional do SFB:** Retomada da obra da Unidade Regional de Santarém do SFB e solicitação de aditivo de valor pela empresa contratada, que se encontra em análise. Até a última medição, realizada em 20/12/2021, o percentual de execução da obra correspondia a 68%. Além disso, em 2021 foram adquiridos novos equipamentos para apoiar as Unidades Regionais (PA e RO) e para a Sede do SFB.

**Componente 2 – Implementação de Florestas Nacionais:** Os processos de demarcação das FLONA do Bom Futuro, Amana e Mulata foram encaminhados para as FLONA para nova instrução processual. Foram contratados, por meio do Fundo Suplementar, serviços técnicos especializados para estruturação do sistema produtivo do pau-rosa, produção de sementes, mudas e óleo na região da FLONA do Pau-Rosa. A empresa contratada apresentou os resultados do diagnóstico do sistema de produção de sementes e mudas de pau-rosa na região do rio Paraconi.

As oficinas de qualificação dos produtores de sementes e mudas de pau rosa foram adiadas para 2022, em função da pandemia do novo coronavírus. Os inventários florestais nas Florestas Nacionais de Pau-Rosa, Jatuarana, Balata-Tufari e Iquiri foram finalizados. As atividades do inventário florestal na Floresta Nacional de Mulata estão em fase final, os estudos já foram entregues e estão em análise pelo SFB.

A obra de reforma do edifício sede da Floresta Nacional de Pau-Rosa em Itacoatiara – AM teve início em maio de 2021 e foi concluída em setembro de 2021. A obra do ICMBio da Gerência Regional Norte (GR 01) em Santarém encontra-se em andamento e está com 58% executada. O ICMBio obteve Não Objeção do KfW para realizar o reequilíbrio do contrato com a empresa construtora.

Foram adquiridos equipamentos diversos (móvels de escritório, cadeiras, furadeira, compressor de ar, projetor) para as FLONA do Bom Futuro, Jamanxim, Jatuarana, Mulata e Amana. Foram adquiridos 3 quadriciclos para as FLONA do Tapajós, Iquiri e Macauã/São Francisco.

O Projeto apoiou a gestão das 24 FLONA por meio de reuniões técnicas com os gestores das Unidades de Conservação. Também apoiou a gestão da FLONA do Pau Rosa por meio da contratação de embarcação para distribuição de cestas básicas para as comunidades da FLONA. As cestas foram doadas pelo governo federal em função da pandemia do novo coronavírus. O ICMBio solicitou a contratação de serviços técnicos especializados para elaboração de diagnóstico de uso do território da Floresta Nacional de Mulata por meio do Fundo Suplementar do Projeto. A CI apoiou na elaboração do Termo de Referência e realizou a contratação.

As reuniões de conselhos em 2021 foram prejudicadas em função da pandemia do novo coronavírus. O ICMBio segue as orientações da Organização Mundial da Saúde, evitando aglomerações de pessoas em reuniões presenciais. As reuniões dos conselhos consultivos estão sendo realizadas em formato virtual e híbrido. Neste período foram realizadas reuniões nas seguintes FLONA: Jamari, Amana, Crepori, Bom Futuro e Tapajós.

Encontram-se em andamento os seguintes processos de concessão florestal em FLONA apoiadas pelo Projeto:

- FLONA do Amapá: contratos assinados após processo de concorrência pública, realizado entre setembro de 2020 e maio de 2021. Os contratos totalizam quase 265 mil hectares de florestas públicas que ficarão sob regime de manejo florestal, com geração potencial de cerca de 500 empregos formais na região.
- FLONA de Humaitá: a versão revisada do edital que incorporou as determinações e recomendações decorrentes do Acórdão 1052/2021- TCU-Plenário (de 5 de maio de 2021), aguarda nova análise do TCU para lançamento da concorrência.
- FLONA do Amana: o Edital está em fase final de elaboração e foi submetido a análise jurídica (CONJUR/MAPA).
- FLONA do Jamari: o Edital da concessão florestal do Lote III foi finalizado e a licitação realizada. Encontra-se em fase de análise das propostas.

A CI contratou, por meio do Fundo Suplementar, serviços de realização de diagnósticos das condições de logística de transporte, infraestrutura e levantamento de preços para a concessão florestal das Florestas Nacionais de Pau-Rosa, Balata Tufari, Iquiri, Mulata e Jatuarana. Os serviços já foram concluídos nas FLONA de Pau-Rosa, Balata Tufari e Jatuarana e Iquiri. Estão em andamento os estudos de logística da FLONA de Mulata, com previsão de finalização para o primeiro trimestre de 2022.

Foram contratadas empresas de Tecnologia da Informação por meio do Fundo Suplementar do Projeto para desenvolvimento de:

- Web map na plataforma Arcgis com os dados vetoriais cadastrados no Sistema de Cadeia de Custódia – SCC do SFB;
- Plataforma de Business Intelligence (BI) aplicada ao Sistema de Cadeia de Custódia – SCC do SFB.

A Diretoria de Concessão Florestal e Monitoramento do SFB contratou por meio do Fundo Suplementar serviços de taxonomia vegetal relativos às identificações botânicas e de técnicos de herbário no âmbito do Inventário Florestal Nacional, que servirão para os levantamentos das zonas de uso sustentável e elaboração do Plano de Manejo da Floresta Nacional do Aripuanã. Quatro prestadores de serviço foram contratados e os trabalhos foram iniciados em setembro de 2021 no herbário do Instituto de Pesquisas Amazônicas em Manaus – AM com a supervisão do SFB.

**Componente 3 – Capacitação e extensão em atividades florestais sustentáveis:** A capacitação técnica no setor florestal por meio do Portal “Saberes da Floresta” é um dos instrumentos de suporte para implementar uma economia florestal no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI em cooperação com o BNDES.

O Portal está disponível em: <https://saberes.florestal.gov.br/mod/page/view.php?id=130> e disponibiliza dez cursos de EaD distintos, a saber:

1. Manejo da Castanha; 2. Manejo do Açaí; 3. Gestão de Empreendimentos

Comunitários; 4. Introdução à Concessão Florestal; 5. Introdução a Cooperativas e Associações; 6. Introdução ao Manejo Florestal Sustentável; 7. Manejo Florestal Comunitário e Familiar; 8. Manejo de Impacto Reduzido com ênfase nas etapas e elaboração de Planos de Manejo; 9. Introdução a Recomposição da cobertura vegetal nativa; 10. Óleos e resinas brasileiras.

No quarto trimestre de 2021 foram oferecidas 10 novas turmas. Ao todo foram inscritos 1.405 participantes, com 325 aprovados. No exercício de 2021 foram oferecidas 90 turmas. Ao todo foram inscritos 45.446 participantes, com 11.582 aprovados. Do total de participantes 30.883 não acessaram os cursos, sendo que 2.981 não conseguiram atingir a nota mínima para aprovação nos cursos oferecidos pela Plataforma Saberes da Floresta.

No último trimestre de 2021 o SFB iniciou a realização de uma série de lives intitulada “Saberes em Perspectiva” que abordou diferentes temáticas: Concessão Florestal, Manejo Florestal Comunitário e Familiar, Recomposição com ênfase nas Florestas Tropicais e Gestão de empreendimentos Comunitários e Cooperativas e Associações.

**Componente 4 – Difusão de sistemas de produção silvicultural com espécies nativas:**

Os projetos executivos de recomposição de áreas degradadas nas FLONA do Tapajós e do Bom Futuro foram concluídos e foram apresentadas as minutas de Termo de Referência para contratação das empresas que irão implementar os projetos conforme detalhado abaixo:

FLONA do Bom Futuro - TdR para recomposição de 521,62 hectares de áreas degradadas. - Restauração ativa (plantio total) em áreas de pastagem sem regeneração natural – 509,67 hectares. - Restauração assistida (adensamento/enriquecimento) em áreas com regeneração natural – 11,97 hectares. - O Termo de Referência para contratação da empresa para implantação das atividades de recomposição na FLONA do Bom Futuro está em fase de análise por consultoria jurídica para a publicação. Essa contratação será feita por meio do Fundo Suplementar do Projeto.

FLONA do Tapajós - A minuta do TdR para recomposição de 46,26 ha de áreas degradadas na FLONA do Tapajós, por meio de implantação de Sistemas Agroflorestais em áreas concedidas aos comunitários residentes na FLONA está em fase de avaliação pelo ICMBio.

Apesar dos esforços do ICMBio e da Consultoria Internacional, as atividades de restauração florestal nas FLONA Bom Futuro e Tapajós estão em descompasso com o cronograma inicial. Esses atrasos ocorreram em função das restrições de trabalho de campo presencial relacionadas à pandemia do COVID-19, das alterações nas equipes gestoras do ICMBio e de um maior tempo necessário de articulação e construção de consenso para tomada de decisão sobre as ações operacionais para implementar as medidas de reflorestamento em áreas específicas nas FLONA.

O cronograma dos projetos executivos prevê a implantação das áreas em 2022 e atividades de manutenção nos plantios a partir de 2023. Como as recomendações técnicas preveem a continuidade dos serviços de manutenção por no mínimo 3 anos, a empresa contratada será responsável por executar estes serviços em 2024 e 2025 para o alcance do objetivo previsto no Componente 4 “Implementar as Áreas Experimentais de Silvicultura com Espécies Nativas”.

**Componente 5 – Difusão tecnológica para o aproveitamento de resíduos florestais com fins energéticos e outros produtos:** Dos dois estudos contratados com o objetivo de aumentar a rentabilidade das concessões florestais e reduzir os impactos ambientais por meio do reaproveitamento e valorização dos resíduos florestais, através do Fundo Suplementar temos:

- FS C 01/2020/SFB - Apoio ao SFB/LPF na elaboração de estudos de viabilidade técnica e econômica da utilização de resíduos do processamento industrial da madeira em usinas termoelétricas na região de Altamira (PA). Estudo finalizado.
- FS C 02/2020/SFB - Apoio ao SFB/LPF na elaboração de estudo de viabilidade técnica e econômica da produção de pellets para exportação a partir de resíduos do processamento industrial da madeira na Região Purus-Madeira. Estudo em andamento.

As publicações resultantes das consultorias serão lançadas pelo SFB no próximo trimestre.

**Componente 6 – Coordenação do Projeto:** Nesse componente a execução financeira, conforme quadro 2 apresentado anteriormente, montou em R\$ 3.620.814,99, o que superou o montante previsto de R\$ 3.072.000,00 em decorrência da variação cambial.

Em 2021 foram elaborados os relatórios trimestrais 25, 26, 27 e o 28º relatório trimestral que corresponde também ao 7º relatório anual.

A análise e compilação dos dados de monitoramento do Projeto é realizada trimestralmente, tendo como principais instrumentos: Relatório Sinótico; Relatório Financeiro Orçado X Executado; Monitoramento Trimestral de Execução Físico-Financeiro; Gráfico Sankey; Execução Fundo Suplementar; Relatório Fotográfico; Fichas de Presença; e Inventário de Mobiliário e Equipamentos.

Anualmente são apresentados outros 3 anexos que também ilustram o monitoramento das atividades, dos impactos e riscos do Projeto: Matriz de Resultados Físicos e Financeiros; Monitoramento de Impactos do Projeto; e Monitoramento de Riscos do Projeto.

Em 2021 não houve nenhuma Missão de Revisão de Meio Termo do KfW.

## **2. ACOMPANHAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DA CGU: não há recomendações da CGU pendentes de atendimento.**

Não âmbito da presente auditoria não foram identificadas recomendações emitidas pela CGU para o Projeto pendentes de atendimento.

## **3. AVALIAÇÃO DE CONTROLES INTERNOS: estrutura adequada para o desempenho das atividades previstas no contrato de contribuição financeira.**

O projeto é uma cooperação entre o governo brasileiro, tendo como executores das ações o MAPA, representado pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), e o MMA, por intermédio do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), e o Governo Alemão, por meio do KfW.

O Contrato de Doação entre o MMA e o KfW, de 16/11/2011, prevê o seguinte arranjo de Coordenação do Projeto: Comitê Estratégico (CE), Coordenação Executiva (CEx) e

Unidades de Execução do Projetos (UE), além da Consultoria Internacional – IP Consult (CI) de apoio e assessoria administrativa, financeira e técnica. Sendo o Comitê Estratégico formado por dois representantes do SFB, dois representantes do ICMBio e um representante da Secretaria Executiva do MMA. A Coordenação Executiva formada por um coordenador executivo, um representante do SFB e outro do ICMBio e os dois Coordenadores das Unidades de Execução do Projeto. A Portaria nº 89, de 29 de julho de 2019, designou o coordenador executivo, titular e suplente do SFB e a Portaria nº 591/2020 designou nova coordenadora do ICMBio, a saber:

SFB

- Diretor de Concessões Florestais e Monitoramento
- Coordenadora Geral de Concessões Florestais (suplente).

ICMBio

- Coordenadora Geral de Planejamento Operacional e Orçamento

Unidades de Execução do Projeto (UE):

SFB

- Diretor de Concessões Florestais e Monitoramento
- Coordenadora Geral de Concessões Florestais (suplente)

ICMBio

- Coordenadora Geral de Planejamento Operacional e Orçamento

Com a publicação do Decreto Nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que extinguiu e estabeleceu diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal, o CE foi extinto.

Missão de Revisão de Meio Termo – KfW – realizada no período de 29 de abril a 03 de maio de 2019, com objetivo de monitorar a execução do Projeto conforme os compromissos assumidos na missão anterior de maio de 2018 e de apresentação de novas propostas a serem executadas pelo SFB e ICMBio. A missão ocorrida em 2019 motivou a extensão do prazo do Projeto em 2020 até dezembro de 2023.

Em decorrência de nossos exames, verificamos que a Unidade de Coordenação do Projeto está apropriadamente estruturada para o desempenho das atividades previstas no Contrato de Doação, mantendo controles internos adequados no que se refere aos aspectos relacionados ao ambiente de controle, aos procedimentos de controle, à gestão de risco, à informação e comunicação e ao monitoramento.

#### **4. AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO EXTERNO: Inexistência de recomendações para o projeto pendentes de atendimento, tanto do exercício de 2021, quanto de exercícios anteriores.**

Quanto à existência de determinações seja do KfW, seja de outros órgãos como Tribunal de Contas da União (TCU), Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ou Secretaria de

Assuntos Econômicos Internacionais (SAIN), segundo a Nota Informativa nr 05/2022/SFB (item 2.13), não houve nenhuma recomendação em 2021 a ser atendida.

## **5. CUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS: Cláusulas Contratuais cumpridas adequadamente.**

Durante o exercício auditado, pudemos verificar de maneira geral que as cláusulas/artigos do Contrato de Contribuição Financeira KfW BMZ/2003.66.658 de caráter contábil-financeiro-gerencial foram adequadamente cumpridas.

## **6. ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS DE GASTOS: Prestações de Contas encaminhadas ao KfW corretamente elaboradas.**

Os registros dos Pedidos de Reembolsos nºs 01/2021-SFB e 013/2021-ICMBio estão: i) amparados pelo sistema contábil federal (SIAFI); ii) sustentados em documentos de despesas elegíveis e válidos; e iii) voltados para as finalidades do Projeto. Neste projeto os Pedidos de Reembolsos, seguidos da Relação Sintética de Despesas que as acompanham, representam as demonstrações financeiras anuais e são apresentados em Reais.

Importante destacar que o Projeto KfW BMZ 2003 66 658 não utiliza a rotina de adiantamentos de recursos a uma Conta Designada e por ela efetua os pagamentos para o financiamento das despesas do Projeto. A rotina utilizada se vale de recursos próprios do Tesouro Nacional para o financiamento dos gastos por meio de uma fonte de recursos específica, para, posteriormente, se reembolsar junto ao KfW.

Portanto, os valores em Euros apresentados nas Notas Explicativas, representam meramente a equivalência dos pedidos de desembolso em Euro. Contudo, tais montantes apesar de terem sido reembolsados e creditados na Conta Especial não representam antecipações de recursos ou disponibilidade do Projeto, por se tratar de modalidade de reembolso, estando os recursos à disposição somente do Tesouro Nacional.

## **7. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – Demonstrações financeiras apresentadas corretamente.**

As demonstrações financeiras para o Projeto Gestão Florestal são representadas pelas prestações de contas encaminhadas ao KfW, quais sejam: Relação Sintética de Despesas e Relação Detalhada de Despesa, além das Notas Explicativas. Para 2021 foram apresentadas as prestações de contas Pedidos de Reembolso nº SOE 001/2021-SFB e SOE nº 013/2021-ICMBio, que, por sua vez, estão sustentados em registros contábeis efetuados no sistema contábil federal (SIAFI) e estão sustentadas em documentos de despesas elegíveis e válidos e para as finalidades do Projeto. Não houve recomendação de adoção de nenhum ajuste para o exercício de 2021.

Quanto às Notas Explicativas, como boa prática, recomendamos ao SFB promover o

acompanhamento dos ajustes contábeis realizados no Siafi, a título de registro dos pagamentos efetuados diretamente pelo KfW junto aos fundos da doação, referente não só aos serviços da consultoria internacional, como também, destinados ao reembolso em decorrência do Fundo Suplementar. Essas informações permitirão o acompanhamento anual do atendimento do Decreto nº 10.699/21, art. 8º, parágrafo único - *"Os pagamentos de bens e serviços financiados por contribuições financeiras não reembolsáveis feitos no exterior diretamente pelos doadores externos referidos no caput serão registrados no Siafi na forma estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia"* (Redação dada pelo Decreto nº 10.794, de 2021) e maior conciliação com a contabilidade nacional. Nesse sentido, recomendamos ao SFB acrescentar nas Notas Explicativas, além dos valores pagos diretamente pelo KfW, nas duas modalidades (Pagamentos Direto e Fundo Suplementar), os valores regularizados no Siafi no período e de modo acumulado, inclusive com a informação do saldo a regularizar, com vistas a não só facilitar na conciliação entre os valores registrados no Siafi e os valores reembolsados pelo KfW, como também demais registros efetuados com fins de regularização contábil de valores pagos diretamente no exterior.

## **8. AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS: As aquisições realizadas em 2021 ou pagas nesse período cumpriram com os requisitos do agente financiador, estavam previstas nos Planos de Aquisição inicialmente pactuados e foram consideradas elegíveis.**

Quanto às licitações para compra de bens, serviços e obras, ou atestes e pagamentos de suas entregas, nossas análises, por amostragem, nos permitiram afirmar, nos aspectos mais relevantes, que foram realizados em observância às diretrizes do Banco e da legislação nacional aplicável, estando respaldados por documentação de suporte válida e previstas nos Planos de Aquisições ajustados. Ademais, as aquisições realizadas correspondem às atividades elegíveis ao Projeto e contribuem para o alcance dos objetivos pactuados.

# CONCLUSÃO

Dante das análises realizadas podemos concluir que:

- 1) Os resultados alcançados no exercício ora auditado atendem às metas estabelecidas para o atingimento do objetivo do Projeto, apesar da execução das metas financeiras que ficaram abaixo das previsões do Plano Operativo Anual.
- 2) As recomendações emitidas pela CGU ao Projeto, referentes a exercícios anteriores, foram implementadas e não existem recomendações pendentes de atendimento emitidas no exercício de 2021.
- 3) A estrutura organizacional e de controles internos contábeis, financeiros, patrimoniais e administrativos mantidos estão razoavelmente adequadas para a execução e monitoramento do Projeto.
- 4) As cláusulas contratuais mais relevantes de caráter contábil, financeiro e gerencial foram cumpridas pelo mutuário.
- 5) Os pedidos de Reembolso 001/2021-SFB e 013/2021-ICMBio são compatíveis com as finalidades do Projeto e estão amparados por documentação válida.
- 6) As Demonstrações Financeiras representam adequadamente, em seus aspectos mais relevantes, as despesas incorridas no período auditado, estão suportadas em registros contábeis confiáveis de acordo com as práticas contábeis informadas nas Notas Explicativas que as acompanham. Quanto as Notas Explicativas, como boa prática, recomendamos promover o acompanhamento dos ajustes contábeis relacionados aos pagamentos diretos ocorridos junto à conta de doação.
- 7) A execução dos contratos de aquisição de obras e serviços realizados no âmbito do Projeto, observou as normas e procedimentos do Banco e a legislação nacional de forma geral, os produtos, serviços e obras recebidos foram adequadamente atestados e atendem aos objetivos do Projeto.

# RECOMENDAÇÃO

**RECOMENDAÇÃO 1:** Promover o acompanhamento nas Notas Explicativas dos registros contábeis de regularização no Siafi referentes aos pagamentos promovidos pelo KfW junto à conta da Doação nas duas modalidades (pagamentos diretos e fundo suplementar), apresentando de forma anual e acumulada, além dos valores pagos diretamente pelo Banco, os valores regularizados no Siafi, incluindo a informação de eventual saldo a regularizar.

Achado nº 7

## **ANEXOS**

### **I – MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE AUDITADA E ANÁLISE DA EQUIPE DE AUDITORIA**

Em despacho encaminhado na data de 27/06/2022, assinado pelo Diretor de Concessão Florestal e Monitoramento, a Unidade informou que concorda com o relatório preliminar de auditoria do Projeto Gestão Florestal para Produção Sustentável na Amazônia - BMZ 2003 66 658, referente ao exercício 2021, conforme transrito a seguir:

*“Informo que estou de acordo com o relatório preliminar de auditoria do Projeto Gestão Florestal para Produção Sustentável na Amazônia - BMZ 2003 66 658, referente ao exercício 2021.*

*Quanto ao item 7 do relatório, sobre a recomendação feita pela CGU a respeito dos registros dos pagamentos realizados pelo Kfw, no exterior, diretamente da Consultoria Internacional e do Fundo Suplementar, o Serviço Florestal Brasileiro e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade vêm realizando tratativas junto a STN a fim de obter orientações de como proceder os lançamentos no SIAFI.”*

#### **Análise da equipe de auditoria**

Não foram realizadas alterações no relatório de auditoria considerando que a Unidade manifestou concordância com o relatório preliminar e não apresentou informações adicionais. Dessa forma a recomendação expedida será mantida e monitorada até sua efetiva implementação.